



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007745-94.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de voo**
Requerente: **LARISSA BUENTES CUPOLILLO**
Requerido: **VGR LINHAS AÉREAS S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido passagem aérea junto à ré para viajar ao Rio de Janeiro com o propósito de assistir com familiares a um jogo da seleção brasileira no campeonato mundial de futebol.

Alegou ainda que isso não foi possível em decorrência de um atraso injustificado de mais de oito horas para o seu embarque.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

Os fatos descritos pela autora não foram refutados pela ré.

Esta, ao contrário, arguiu fato alheio à sua vontade (problema meteorológico - neblina - que impossibilitou a decolagem do voo da autora no tempo certo) que teria dado causa ao atraso aludido na exordial.

Não lhe assiste razão, porém.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, o único dado de convicção amealhado pela ré foi a notícia acostada a fl. 19, insuficiente por si só para firmar a convicção de que não teve responsabilidade pelo episódio.

Como se não bastasse, tal matéria esclarece que o aeroporto Santos Dumont permaneceu fechado "*em boa parte da manhã*", sendo reaberto às 10h:30min e fechado após aproximadamente quinze minutos.

Não se sabe, contudo, até quando a situação persistiu, de sorte que não se estabelece a partir desse escoteiro elemento com indispensável certeza o liame entre a conduta da ré e o longo atraso verificado.

Este foi de mais de oito horas, circunstância que torna inverossímil o argumento de que a neblina provocou o retardamento no voo em tamanha extensão.

A conclusão que daí deriva é a de que a ré não amealhou prova bastante de sua explicação.

O ônus a propósito era seu, na esteira da regra do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu do mesmo.

Assentada essa premissa, resta definir se a autora faz jus às indenizações que postulou.

Reputo que sim.

Os danos materiais estão cristalizados nos documentos de fls. 09/10, sendo de rigor o ressarcimento dos gastos havidos pelo atraso e pelo desembarque ter ocorrido em aeroporto diverso do inicialmente previsto sem que houvesse justificativa para tanto.

Os danos morais de igual modo são claros.

A autora sofreu desgaste de vulto, muito superior aos meros aborrecimentos da vida cotidiana, ao permanecer por largo espaço de tempo – mais de oito horas – no aguardo de seu embarque.

Qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar padeceria do mesmo sofrimento e haveria de buscar a natural reparação para ele.

O valor pleiteado está em consonância com os critérios usualmente empregados em casos dessa natureza (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), devendo prosperar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 60,50, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2014 (época dos desembolsos de fls. 09/10), e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**